

Grupo de Apoio à
Criança com
Câncer do
Amazonas(GACC/
AM)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Manaus - Amazonas

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas baixas de passivos vinculados a projetos e salários a pagar nos montantes de R\$ 705.590 e R\$ 49.663, respectivamente. Os valores foram baixados contra o Patrimônio líquido sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC PME (R1) Seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o patrimônio líquido apresenta erro de exercícios anteriores no montante de R\$ 755.253. Se a Entidade tivesse efetuado a correção nos exercícios anteriores, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 02 de Julho de 2026.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/F-5



Thiago de Almeida Souza
Contador CRC 1SP251413/O-2

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.969.286	994.284
Recursos vinculados à projetos	4	1.817.407	2.495.022
Contas a receber		-	100
Adiantamentos concedidos		4.697	22.237
Outros créditos		<u>44.269</u>	<u>40.507</u>
Total do ativo circulante		<u>3.835.658</u>	<u>3.552.150</u>
Não circulante			
Imobilizado	5	2.300.176	2.006.974
Imobilizado com restrição	5.1	271.093	-
Intangível		<u>-</u>	<u>7.572</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.571.269</u>	<u>2.014.546</u>
Total ativo		<u><u>6.406.927</u></u>	<u><u>5.566.695</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	-	55.877	12.215
Obrigações sociais e trabalhistas	6	219.582	253.660
Convênios a comprovar	7	<u>1.817.407</u>	<u>2.495.022</u>
Total do passivo circulante		<u>2.092.866</u>	<u>2.760.897</u>
Não circulante			
Receita diferida de imobilizado com restrição	5.1	271.093	-
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	8	<u>1.326.233</u>	<u>1.359.378</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.597.326</u>	<u>1.359.378</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	<u>2.716.735</u>	<u>1.446.420</u>
Total patrimônio social		<u>2.716.735</u>	<u>1.446.420</u>
Total passivo e patrimônio líquido		<u><u>6.406.927</u></u>	<u><u>5.566.695</u></u>

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Sem restrições			
Vendas de serviços, mercadorias, eventos e doações	10	3.529.028	3.479.641
Receitas com trabalhos voluntários	3.m	<u>426.842</u>	<u>622.564</u>
		3.955.870	4.102.206
Com restrições			
Receita de projetos e subvenções	11	<u>2.794.697</u>	<u>1.740.789</u>
		<u>6.750.567</u>	<u>5.842.994</u>
Custo e despesas operacionais			
Sem restrições			
Despesas com pessoal	12	(1.104.765)	(1.198.247)
Despesas gerais e administrativas	13	(2.253.974)	(2.372.103)
Despesa com trabalhos voluntários	3.m	(426.842)	(622.564)
Outras Receitas - Apropriação de Subvenções	8	39.464	33.145
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>164.801</u>	<u>82.004</u>
		(3.581.317)	(4.077.765)
Com restrições			
Custos e Despesas operacionais - Gerais e administrativas	14	<u>(2.794.697)</u>	<u>(1.740.789)</u>
		<u>(2.794.697)</u>	<u>(1.740.789)</u>
Superávit/(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		<u>374.554</u>	<u>24.441</u>
Receitas financeiras	17	169.831	116.617
Despesas financeiras	17	<u>(29.323)</u>	<u>(42.971)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>140.508</u>	<u>73.646</u>
Superávit do exercício		<u>515.062</u>	<u>98.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Superávit do exercício	515.062	98.087
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	<u>515.062</u>	<u>98.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	Patrimônio social	(Déficits)/Superávit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1.348.332</u>	<u>-</u>	<u>1.348.332</u>
Superávit do exercício			98.087	98.087
Incorporação do superávit do exercício		<u>98.087</u>	<u>(98.087)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1.446.420</u>	<u>-</u>	<u>1.446.420</u>
Superávit do exercício	9	-	515.062	515.062
Incorporação do superávit do exercício	9	515.062	(515.062)	
Ajuste de anos anteriores	9	<u>755.253</u>	<u>-</u>	<u>755.253</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>2.716.735</u>	<u>-</u>	<u>2.716.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit/(Déficit) do exercício		515.062	98.087
Ajustes por:			
Depreciação	5 / 5.1	101.649	139.347
Depreciação da subvenção de bens a apropriar - imobilizado	8	(33.145)	(33.145)
Amortização de Intangível		7.572	2.023
(Aumento) redução dos ativos			
Recursos vinculados a projetos		(677.614)	(655.895)
Contas a receber		100	50
Adiantamentos concedidos		17.540	(4.431)
Outros créditos		(3.762)	6.228
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		43.662	(1.848)
Obrigações sociais e trabalhista		15.585	63.687
Receita diferida de imobilizado com restrição	5.1	271.093	-
Convênios a comprovar	7	1.383.204	655.895
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.640.947</u>	<u>269.998</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5 / 5.1	<u>(665.945)</u>	<u>(33.556)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(665.945)</u>	<u>(33.556)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>975.002</u>	<u>236.443</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		994.284	757.841
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>1.969.286</u>	<u>994.284</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>975.002</u>	<u>236.443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) foi fundado em 23 de maio de 1999, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com sede à Rua Domingos Jorge Velho nº 290, D. Pedro; é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado e personalidade distinta da dos associados que a compõem, sem vinculação político-religiosa ou distinção de raça, cor ou condição social, tem por objetivo prestar serviço assistencial e social às crianças e aos adolescentes com câncer e/ou doenças hematológicas, tratadas na Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON ou em outras instituições similares.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em reunião realizada em 02 de julho de 2026.

Detalhes sobre as políticas da Entidade são apresentados na nota explicativa nº 3 - Políticas contábeis materiais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Real e arredondadas para a unidade mais próxima.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Entidade.

2.5 Incerteza sobre premissas e estimativas

Não há informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Para mais detalhes, veja a Nota Explicativa nº 18 – Instrumentos Financeiros. A Entidade reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

Empréstimos e recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem recursos vinculados a projetos, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e convênios a comprovar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iv) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, incluindo operação de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Convênio de Colaboração originados de contrato com as entidades parceiras são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do convênio de colaboração e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes aos créditos nas contas dos recursos recebidos dos projetos.

- **Receitas:** à medida que as despesas vão sendo realizadas, faz-se um débito na conta de obrigação do projeto e uma contrapartida no grupo de receita, anulando o efeito das despesas dos projetos.
- **Subvenção para investimentos** - As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenções de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC aplicável a pequenas e médias empresas. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

c. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e é composto por valores a receber da venda de *souvenirs* realizadas no cartão de crédito.

Devido ao recebimento ser realizado basicamente por cartões de crédito, não houve necessidade de reconhecer redução ao valor recuperável do ativo.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos

e. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Basicamente compreende softwares, que tiveram sua vida útil estimada em cinco anos.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Convênios a comprovar

Os convênios referem-se aos aportes recebidos de entidades governamentais e outras entidades do Brasil. Tais convênios são regidos por editais e ao final de cada execução é enviada uma prestação de contas para a entidade que aportou o recurso.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Receitas da prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e outras taxas bancárias.

l. Outras despesas e receitas

Outras despesas operacionais abrangem o custo das baixas dos bens do ativo efetuados por meio de descarte por obsolescência ou doação.

m. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício de 2025, a Entidade registrou o montante de R\$ 426.842 (R\$ 622.564 em 2024) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria, com prestação de serviços. A diretoria destina 2 horas semanais às atividades do GACC, conforme estimativas fornecidas por eles mesmos.

n. Tributação e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de entidade sem fins lucrativos, aplicam-se à Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade é isenta do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97 art. 15).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18, IV):

- (a) Não remunerar por nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados, salvo nas hipóteses prevista em lei;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e
- (f) Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, §2º e art. 15 §2º).

(ii) **PIS**

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

(iii) **COFINS e ISS**

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da Cofins e do ISS incidente sobre as Receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

o. Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade usufrui de isenção das contribuições sociais patronais previstas na Lei nº 8.212/91, conforme legislação vigente e regulamentação específica aplicável às entidades beneficentes de assistência social. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS.

p. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

O CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), compreende o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, sob o nº 308796.0654564/2023.

q. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2025 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

	2025			2024		
	Recursos sem restrição (4.1)	Recursos vinculados a projetos (4.2)	Total de recursos com e sem restrição	Recursos sem restrição (4.1)	Recursos vinculados a projetos	Total de recursos com e sem restrição
Caixa e equivalentes						
Caixa	1.676	-	1.676	15.529	-	15.529
Banco	236.888	-	236.888	429.747	-	429.747
Aplicações	1.730.722	-	1.730.722	549.008	-	549.008
Total	1.969.286	-	1.969.286	994.284	-	994.284
Recursos vinculados						
Bancos conta corrente	-	28.277	28.277	-	150.018	150.018
Aplicações financeiras	-	1.789.130	1.789.130	-	2.345.004	2.345.004
Total	-	1.817.407	1.817.407	-	2.495.022	2.495.022
TOTAL	1.969.286	1.817.407	3.786.693	994.284	2.495.022	3.489.306

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, administradas pelo Banco Itaú S.A., Bradesco S.A. e Banco do Brasil, a instituição opta por aplicação de liquidez mais rápida, como poupança e CDB

A Entidade também possui “Aplic Aut Mais” administrada pelo Itaú, que é um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados).

4.1 Recursos sem restrição

Os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das próprias atividades.

4.2 Recursos vinculados

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projetos ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo rendimento é revertido em aplicação no projeto. A Movimentação dos saldos e projetos estão detalhados na Nota Explicativa nº 11 - Receitas operacional - com restrições.

5 Imobilizado

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025 está assim demonstrada:

	01/01/2025	Adições	Baixas (b)	31/12/2025
Custo				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Instalações	74.061	-	-	74.061
Móveis e utensílios	467.411	-	-	467.411
Máquinas e equipamentos	164.938	-	-	164.938
Equipamentos de informática	249.740	26.624	-	276.364
Veículos	251.088	-	-	251.088
Imobilização em Curso (a)	-	291.466	-	291.466
	4.007.238	318.090	-	4.325.328
Depreciação				
Edificações	(880.245)	(56.000)	-	(936.245)
Instalações	(27.659)	(7.406)	-	(35.065)
Móveis e utensílios	(438.133)	(10.939)	-	(449.072)
Máquinas e equipamentos	(115.944)	(5.929)	-	(121.873)
Equipamentos de informática	(216.752)	(15.057)	-	(231.810)
Veículos	(321.531)	-	70.442	(251.088)
	(2.000.264)	(95.331)	-	(2.025.153)
Total líquido	2.006.974	222.759	70.442	2.300.176

	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Instalações	74.061	-	-	74.061
Móveis e utensílios	467.411	-	-	467.411
Máquinas e equipamentos	153.161	11.777	-	164.938
Equipamentos de informática	227.961	21.779	-	249.740
Veículos	251.088	-	-	251.088
	3.973.682	33.556	-	4.007.238
Depreciação				
Edificações	(824.245)	(56.000)	-	(880.245)
Instalações	(20.252)	(7.407)	-	(27.659)
Móveis e utensílios	(423.440)	(14.693)	-	(438.133)
Máquinas e equipamentos	(113.832)	(2.112)	-	(115.944)
Equipamentos de informática	(206.554)	(10.198)	-	(216.752)
Veículos	(272.594)	(48.937)	-	(321.531)
	(1.860.917)	(139.347)	-	(2.000.264)
Total líquido	2.112.765	(105.791)	-	2.006.974

A Administração da Entidade registra seus ativos pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada conforme taxa de depreciação individual.

- (a) Em 2025 a Entidade começou a construção de uma nova sala para a equipe de Call Center e da Administração, ao longo do ano de 2025 foram investidos R\$ 291.466 na construção, que tem previsão de término no ano de 2026.
- (b) Foram identificados valores de depreciação de veículos totalmente depreciados, no total de R\$ 70.442, o montante foi baixado em 2025 e a depreciação de ajustada.

5.1 Imobilizado com restrição

	01/01/2025	Adições	Baixas (b)	31/12/2025
Custo				
Imobilizado com Restrição	-	277.412	-	277.412
Depreciação				
Depreciação de Ativo com Restrição	-	(6.319)	-	(6.319)
Total	-	271.093	-	271.093

Os bens do ativo imobilizado vinculados a projetos são adquiridos para suportar atividades na execução dos respectivos projetos. A Entidade controla e apresenta separadamente os bens vinculados a projetos como “com restrição”.

A Entidade adquiriu um Minibus em novembro de 2025, no valor de R\$277.412, o ativo foi registrado no ativo imobilizado e no passivo (Receita diferida de imobilizado com restrição), sua depreciação é lançada na despesa e compensado na receita. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 271.093.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	98.137	124.283
Provisão de férias	83.076	92.573
INSS a recolher (a)	23.203	22.980
Outras obrigações sociais	15.166	13.824
	219.582	253.660

O GACC possui o ‘Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)’ o que representa a isenção do recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários e prestadores de serviços autônomos. A estimativa de INSS Patronal que a Entidade teve de isenção por ter a certificação do CEBAS na área de Assistência Social é registrada no resultado do exercício, no grupo de “Outras Receitas”. Mais detalhes nota explicativa nº 16.

7 Convênios a comprovar

	2025	2024
Lar solidário	274.987	1.385.313
IRM	37.315	478.898
PRONON	-	170.200
Sejusc Inclusão	11.304	120.336
Emenda Taisa Lippy	-	99.830
Ecosistema Solar	-	75.605
CMDCA	-	30.302
Convênio OI Futuro	-	34.075
Fundo Manaus Solidário	-	25.797
FMS Despertar	-	20.268
Projeto Manu	-	21.236
Fundo Solidário	-	15.985
MTB	-	14.370
Meu aconchego	-	1.703
SUSAM Ricardo Nicolau	-	593
EMENDA 180K	-	378
LAR ACOLHEDOR	-	133
Sementes Fortalecedoras	1.405.968	-
Pequeno Gigantes	51.475	-
Mulheres que movem	36.358	-
	1.817.407	2.495.022

Os convênios a comprovar referem-se aos recursos recebidos de entidades públicas e privadas, vinculados à execução de projetos específicos, os quais ainda não foram integralmente aplicados.

Esses valores são reconhecidos inicialmente no passivo circulante, representando a obrigação da Entidade de aplicar os recursos. À medida que os gastos vinculados aos projetos são incorridos, os valores correspondentes são apropriados ao resultado como receitas operacionais com restrição, em conformidade com o regime de competência e com a execução física e financeira dos projetos.

Em 2025, a captação mais relevante foi o projeto Semente Fortalecedora no valor de R\$ 1.405.968, o outro projeto impactante foi o Lar Solidário. R\$ 274.987, muitos projetos foram encerrados no ano de 2025.

A Movimentação dos saldos e descritivos dos projetos estão detalhados na Nota Explicativa nº 11 - Receitas operacional - com restrições.

8 Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

	2025	2024
Subvenção de imobilizado bruto		
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	1.727.482	1.727.482
Terrenos	270.000	270.000
	1.997.482	1.997.482
Depreciação		
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	(671.249)	(638.104)
Subvenção de imobilizado líquida	1.326.233	1.359.378
Depreciação dos exercícios	33.145	33.145

O montante histórico recebido como doação e/ou vinculado a convênios é de R\$ 1.997.482 (terreno no montante de R\$ 270.000 e a construções no montante de R\$ 1.727.482).

As subvenções para investimento são reconhecidas como passivo não circulante, e são cotejadas com os correspondentes saldos do imobilizado nas demonstrações contábeis da Entidade, através da depreciação dos respectivos bens, ao longo do período de vida útil.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade, constitui-se dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, fica impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou à entidade pública, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

	2025	2024
Patrimônio social	1.446.420	1.348.332
Superávit do Exercício	515.062	98.087
Ajuste de anos anteriores (a)	755.253	-
	<u>2.716.735</u>	<u>1.446.420</u>

- (a) Em 2025 foi identificado divergências no passivo na ordem de R\$ 755.253, sendo R\$ 705.590 nos saldos projetos, muitos projetos que já haviam finalizados ainda possuíam saldo no passivo. Outra divergência foi no Salários a pagar no valor de R\$ 49.663, após a conciliação com a folha de pagamento de dezembro de 2025. Esses valores foram considerados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa nas respectivas rubricas de 'Convênios a comprovar' e 'Obrigações sociais e trabalhistas' (Aumento (redução) dos passivos) das atividades operacionais.

9.1 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não serão remunerados no exercício das funções os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens a benfeitores, mantenedores associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

10 Receitas operacionais - sem restrições

	2025	2024
Receita		
Venda de mercadorias (a)	117.952	121.152
Doações (b)	3.411.077	3.358.489
	3.529.028	3.479.641

(b) As receitas das vendas de mercadorias são referentes às vendas de *souvenirs* (camisas, copos, artesanatos etc.).

(c) As receitas de doações são arrecadadas através do *call center* da Entidade:

Doação Regular são arrecadações pontuais por pessoas físicas/Jurídicas realizadas mensalmente. Doação eventual são arrecadações feitas de formas ocasionais por Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas e outra doações. Em 2025, as muitas doações que eram “eventuais” se tornaram “regulares”. A “Doação Prêmio Nota Fiscal Amazonense – SEFAZ/AM” em 2024 foram paralisadas pelo Governo do Estado, e retornaram em 2025.

Abaixo segue o detalhamento das doações recebidas ao longo do ano de 2025 e 2024

	2025	2024
Doação Call Center	2.127.936	2.118.706
Doação Regular	505.262	386.180
Doação Eventual	182.399	437.295
Doação Prêmio Nota Fiscal Amazonense - SEFAZ/AM	152.320	19.000
Doação Sentença Judicial	-	2.160
Doação Casinhas Troco	47.064	40.982
Doação Contribuição Condomínios	1.484	2.195
Doações Rancho Padrinho	10.610	8.245
Doação Direcionada	4.620	2.000
Evento Solidário Waisser Botelho	96.910	133.805
Aniversário Solidário Pauderney	-	7.400
Evento Feijoadá	282.470	200.521
	3.411.075	3.358.489

11 Receitas operacional - com restrições

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

o total de recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2024	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas (Receitas)	Devolução de recursos	Ajuste (NE nº 9)	31/12/2025
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	(6.000)	-	(36.884)	-
Aplicação IRM Feliz Vivo	7.083	-	-	-	-	(7.083)	-
IRM (a)	321.847	162.576	1.535	(65.726)	-	(382.917)	37.315
MC DIA 2017	65.193	-	-	-	-	(65.193)	-
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	(34.075)	-
MTB	14.371	-	-	-	-	(14.371)	-
PRONON	170.200	-	-	-	-	(170.200)	-
Mc Dia 2018	41.890	-	221	-	(66.600)	24.489	-
Fundo Solidário	15.985	-	-	-	-	(15.985)	-
Fundo Manaus Solidário	27.971	-	-	-	-	(27.971)	-
Projeto Manu	21.236	-	-	-	-	(21.236)	-
SUSAM Ricardo Nicolau	594	-	-	-	-	(594)	-
EMENDA 180K	378	-	-	-	-	(378)	-
CMDCA ACOLH 601K	30.302	-	-	-	-	(30.302)	-
FMS 2023	(2.174)	-	-	-	-	2.174	-
Lar Acolhedor	133	883	717	(867)	(5.863)	4.997	-
FMS Despertar	20.268	1.155	1.093	(15.966)	(6.550)	-	-
Meu aconchego	1.703	865	53	(2.564)	(58)	-	-
Ecosistema Solar	75.605	344	2.142	(75.344)	(2.747)	-	-
Sejusc Inclusão (b)	120.336	696	9.065	(122.984)	-	4.192	11.304
Lar Solidário (c)	1.385.313	-	57.542	(1.232.603)	-	64.735	274.987
Emenda Taisa Lippy (d)	99.830	-	2.462	(101.448)	(844)	-	-
Guardião do Autocuidado (e)	-	30.819	437	(31.455)	-	198	-
Mãos que criam FMS (f)	-	95.065	1.976	(87.881)	(9.973)	813	-
Sementes Fortalecedoras (g)	-	2.400.954	12.989	(1.007.975)	-	-	1.405.968
Pequenos Gigante (h)	-	80.941	635	(30.101)	-	-	51.475
Mulheres que movem (i)	-	50.000	141	(13.783)	-	-	36.358
Total	2.495.022	2.824.298	91.009	(2.794.697)	(92.634)	(705.590)	1.817.407

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2023	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas (Receitas)	Devolução de recursos	Ajuste	31/12/2024
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	-	-	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	7.083	-	-	-	-	-	7.083
IRM	240.181	186.419	15.807	(100.839)	(19.721)	-	321.847
MC DIA 2017	65.194	-	-	-	-	-	65.194
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	-	34.075
MTB	14.774	-	-	(404)	-	-	14.370
PRONON	170.199	-	-	-	-	-	170.199
Me Dia 2018	126.018	-	1.175	-	(85.304)	-	41.890
Fundo Solidário	15.985	-	-	-	-	-	15.985
Sidney Leite	1.244	-	-	-	-	(1.244)	-
Emenda Isac Tayah	249	-	-	-	-	(249)	-
Fundo Manaus Solidário	27.972	-	-	-	-	-	27.971
CMDCA Emenda Isac	1.020	-	-	-	-	(1.020)	-
Projeto Manu	21.236	-	-	-	-	-	21.236
SUSAM Ricardo Nicolau	593	-	-	-	-	-	593
EMENDA 180K	942	-	-	-	-	(564)	378
CMDCA ACOLH 601K	101.204	3.019	-	(167)	(73.754)	-	30.302
F.M.S 2022	357	-	-	-	-	(357)	-
Reabilitação Sejusc	130.374	3.745	6.918	(117.381)	(25.335)	1.680	-
FMS 2023	6.234	1.374	426	(5.677)	(4.531)	-	(2.174)
Lar Acolhedor	615.844	7.323	44.785	(667.820)	-	-	133
Em. Sejusc 100k (2023)	65.014	1.926	2.737	(68.456)	(1.220)	-	-
Emenda Serafim	150.000	1.133	1.958	(152.552)	(539)	-	-
Plínio Valério	-	101.625	1.149	(101.467)	(1.307)	-	-
FMS Despertar	-	91.428	1.444	(72.604)	-	-	20.268
Meu aconchego	-	120.524	425	(119.245)	-	-	1.703
Ecossistema Solar	-	150.267	605	(75.267)	-	-	75.605
Sejusc Inclusão	-	192.983	1.316	(73.963)	-	-	120.336
Lar Solidário	-	1.569.844	243	(184.774)	-	-	1.385.313
Emenda Taisa Lippy	-	100.001	-	(171)	-	-	99.830
Emenda Sejusc 100K	451	-	-	-	-	(451)	-
Total	1.839.127	2.531.611	78.988	(1.740.789)	(211.711)	(2.205)	2.495.022

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio das despesas dos projetos e atividades e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

Durante o exercício de 2025 foi recebido o total de R\$ 2.824.298 (R\$ 2.531.611 em 2024), sendo R\$ 2.794.697 (R\$ 1.740.789 em 2024) aplicados em custeio, conseqüentemente, é o valor reconhecida como receita operacional – com restrições. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante e em obrigações com projetos no passivo circulante.

Em 2025 muitos projetos que possuíam valores registrados no passivo, mas sem reais valores em conta vinculada foram devidamente encerrados e seus valores foram ajustados no total de R\$ 705.590, para assim refletirem a realidade desses projetos, visto que não mais tinha recursos a serem executados.

A seguir apresentamos as características de nossos projetos:

- (a) **Instituto Ronald McDonald (IRM)** - o custeio do IRM foi utilizado em alguns projetos pontuais, como “Oh de Casa”, que realizou visitas nas casas dos pacientes no interior do Amazonas; “Feliz Vivo Mais”, que custeou alguns pedidos pontuais do HEMOAM para melhoria no hospital; e, além destes, o IRM também custeou as despesas operacionais do GACC. Esse projeto é contínuo e os recursos são oriundos das vendas das camisas da campanha e dos tickets do McDia Feliz.
- (b) **Sejusc Inclusão** - O projeto “Sejusc inclusão”, recurso do governo do estado, custeou a compra de materiais diversos de apoio e serviços especializados para atender a sua operação.
- (c) **Lar solidário** - Recurso do município de Manaus, o projeto “Lar Solidário”, custeou a compra de materiais apoio e desenvolvimento, material de expediente, serviços de reparação e manutenção no prédio, prestadores de serviços, folha de pagamento e encargos e máquinas e equipamentos.
- (d) **Emenda Taisa Lippy** - O Projeto Caminhando para o Futuro, garantiu aquisição dos materiais socio pedagógicos, assegurando o direito quanto aos serviços socioassistenciais e serviço de políticas públicas intersetoriais, bem como às atividades socio pedagógicas, promovendo o desenvolvimento integral de 20 crianças acolhidas pela instituição
- (e) **Guardião do Autocuidado** - Convenio de cooperação com o Banco do Brasil do projeto ação e vida de 2024, custeando material de consumo e permanente, promovendo autocuidado de crianças e adolescentes em tratamento oncológico.
- (f) **Mãos que Criam FMS** – Recurso Municipal do projeto “Mãos que Criam” custeando material permanente, material de consumo e prestadores de serviços, para promover cidadania e construção quanto ao protagonismo e autonomia integral à 25 crianças/adolescente e 25 familiares, através do clube do livro, oficina da economia solidária e Educação Nutricional.
- (g) **Sementes Fortalecedoras** – Integra o Serviço de Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com previsão de execução entre setembro de 2025 e janeiro de 2027. A iniciativa tem como objetivo assegurar a continuidade do atendimento socioassistencial a 60 famílias de crianças e adolescentes em tratamento oncológico, em situação de vulnerabilidade social, residentes em Manaus, promovendo fortalecimento familiar e comunitário, proteção social e garantia de direitos. Os recursos financeiros são provenientes de doações incentivadas do Imposto de Renda, realizadas por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), sob Administração do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O projeto conta com o apoio de importantes empresas incentivadoras da região do Amazonas que contribuem para a manutenção e ampliação das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo GACC-AM.

- (h) **Pequenos Gigantes** – O projeto “pequenos gigantes” ofertou apoio na segurança alimentar e acompanhamento hospitalar e domiciliar nas áreas social e psicológica para 30 crianças/adolescentes e 30 familiares em tratamento oncológico, assim, como aquisição de material de consumo para o apoio pedagógico, materiais permanentes para execução dos serviços, além do custeio da equipe técnica.
- (i) **Mulheres que Movem** - O projeto referente a emenda parlamentar Prof. Samuel custeou materiais de consumo para confecção das oficinas e material de expediente que dará suporte para realização das oficinas, visando trabalhar a economia solidaria, para 30 mulheres, vislumbrando potencializar o protagonismo socioeconômico, autonomia e a valorização da mulher chefe de família.

12 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários	(469.570)	(642.142)
Encargos sociais e trabalhistas	(73.238)	(82.093)
Férias e 13º salário	(201.645)	(166.645)
Prêmios e benefícios	(225.741)	(183.078)
Outras despesas com pessoal (a)	(134.571)	(124.289)
	(1.104.765)	(1.198.247)

- (a) Principalmente saldos de pagamentos de uniforme, Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I), Despesas com indenizações de desligamento (aviso prévio e FGTS rescisório) e vale transporte.

13 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros. (a)	(1.248.271)	(1.295.576)
Material de consumo e infraestrutura (b)	(1.005.702)	(1.076.527)
	(2.253.974)	(2.372.103)

- (a) Serviços de terceiros é composto por pagamentos oriundos do GACC à profissionais diretamente ligados as operações da instituição, como Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas e entre outros serviços. Sendo desembolsado o montante de R\$ 1.248.271 em 2025 (R\$ 1.295.576 em 2024).
- (b) Materiais de Consumo e Infraestrutura, são despesas com a manutenção do local, material de expedientes, alimentação e outros, sendo desembolsado o montante de R\$ 1.005.702 em 2025 (R\$ 1.076.527 em 2024).

14 Custo e despesas operacionais - Com restrições - Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços especializados	(419.261)	(594.452)
Alimentação	(424.640)	(377.370)
Bens duráveis	(230.104)	(94.048)
Assistência Social	(265.808)	(200.266)
Salários e Encargos Sociais (a)	(629.626)	(160.553)
Material de Expediente (b)	(538.027)	(208.246)
Outras despesas	(9.820)	(105.854)
Veículos (c)	(277.412)	-
	(2.794.697)	(1.740.789)

Mapa de Movimentação dos projetos	Serviços especializados	Alimentação	Bens Duráveis	Assistência Social	Salários e Encargos	Material de Expediente	Outras Despesas	Veículos	31/12/2025
IRM Oh de Casa			6.000						6.000
IRM a Casa é Sua				30.612		34.089	1.025		65.726
Lar Acolhedor 873K							867		867
FMS Despertar	4.800			10.824			342		15.966
Meu Aconchego						1.872	692		2.564
Ecossistema Solar	75.000						344		75.344
Sejusc Inclusão				121.416			1.568		122.984
Lar Solidario	128.581	243.722	1.880	102.956	464.770	288.738	1.957		1.232.603
Taisa Lippy	51.259	13.124	31.609			4.586	871		101.448
Auto Cuidado			12.998			17.962	495		31.455
Mãos que Criam	4.610		52.542			29.958	771		87.881
Semente Fortalecedora	154.311	162.124	116.673		140.056	156.895	505	277.412	1.007.975
Pequenos Gigantes			998		24.800	3.929	375		30.101
Mulheres que Movem	700	5.670	7.405				9		13.783
Total	419.261	424.640	230.104	265.808	626.629	538.027	9.820	277.412	2.794.697

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Mapa de Movimentação dos projetos	Serviços especializados	Alimentação	Bens Duráveis	Assistência Social	Salários e Encargos	Material de Expediente	Outras Despesas	31/12/2024
IRM a Casa é sua	51.366	4.140	-	44.363	-	-	970	100.839
MTB	-	-	-	-	-	-	404	404
CMDCA ACOLH 601K	-	-	-	-	-	-	167	167
Reabilitação Sejusc	114.987	-	-	-	-	-	2.395	117.382
FMS 2023	-	5.510	-	-	-	-	167	5.677
Lar Acolhedor	166.128	247.004	-	97.461	150.024	5.621	1.582	667.820
Emenda Sejusc 100k (2023)	-	51.792	-	14.863	-	-	1.801	68.456
Serafim	6.427	21.827	-	16.312	10.529	35.489	61.968	152.552
Plínio Valério	48.600	47.097	-	-	-	4.250	1.520	101.467
FMS Despertar	49.084	-	13.497	-	-	8.833	1.190	72.604
Meu Aconchego	53.340	-	37.944	27.267	-	-	694	119.245
Ecosistema Solar	75.000	-	-	-	-	-	267	75.267
Sejusc Inclusão	10.820	-	-	-	-	62.672	471	73.963
Lar Solidário	18.700	-	42.607	-	-	91.381	32.087	184.775
Taísa Lippy	-	-	-	-	-	-	171	171
Total	594.452	337.370	94.048	200.266	160.553	208.246	105.854	1.740.789

(a) Em 2025 a Instituição teve a oportunidade de alocar no custo do projeto pagamento de pessoal institucional além do custo de pessoal do projeto, por causa disso o projeto teve um total de R\$ 464.770 de despesa com Salários e Encargos nesse período.

(b) Em 2025 o GACC, principalmente através dos projetos Lar Solidário e Semente Fortalecedora, teve um aumento na oferta de suporte aos seus pacientes, com aumento de alocação de pessoal para o projeto, também houve aumento de recursos para compra de material de uso e consumo, material pedagógico, material para oficinas e kits para as equipes prestarem um melhor serviço. O valor em 2025 de material de expediente foi de R\$ R\$ 538.027, em 2024 foi de R\$ 208.246.

(c) Em novembro de 2025 a Instituição adquiriu um Minibus no valor de R\$ 277.412 pelo projeto Semente Fortalecedora, a Instituição realizou a compra de um novo veículo para fazer os transportes dos seus pacientes.

15 Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

16 Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade possui o benefício de contribuições sociais com base na Lei nº 8.212/91 em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. Em 2025, a Entidade registrou como isenção previdenciária o montante de R\$ 315.249 (R\$ 259.420 em 2024).

	2025	2024
Isenção INSS Patronal CEBAS	315.249	259.420
	315.249	259.420

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O CEBAS, emitido pelo CNAS, compreende o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, sob o nº 308796.0654564/2023.

17 Receitas (despesas) financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (a)	169.831	116.617
	169.831	116.617
Despesas financeiras		
Juros e multas	(913)	(700)
Outras despesas financeiras	(28.411)	(42.271)
	(29.324)	(42.971)
	140.507	73.646

- (a) Aumento do rendimento principalmente devido ao aumento dos recursos vinculados a projetos e saldos de caixa e equivalentes de caixa aplicados.

18 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração, e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimo e recebíveis.

Valor justo

Não existem diferenças entre o valor de mercado e os valores registrados na contabilidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Seção 11 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento Técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituições de primeira linha.

Risco de liquidez

Riscos de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outros, o desenvolvimento de estudos e a análise econômico-financeira, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

19 Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não apresentava avais, fianças e garantias.

* *

Administração da Entidade

Jakeliny Bastazini Santos
Presidente

Ana Paula Silva Cidade
Contador CRC 016809-O/AM